



LIVROS, FAMÍLIAS E CAPITAL: ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DISCURSIVA DOS LIVROS SOB A LÓGICA DA EXPLORAÇÃO EM TEMPOS DE EBULIÇÃO CLIMÁTICA

Maurício Beck¹

Phellipe Marcel da Silva Esteves²

O Problema não é só Físico, é Discursivo e Ideológico

Nossa exposição fundamenta-se numa premissa central: a emergência climática configura-se não apenas como uma crise físico-química planetária, mas simultaneamente como uma crise na produção do conhecimento e uma crise ideológica. Para começo de conversa é preciso enfrentar o que se poderia denominar de "o elefante na sala": desde os aportes seminais de Rachel Carson em *Primavera Silenciosa* ([1962] 2020), torna-se insustentável qualquer dicotomia entre meio ambiente e saúde pública do proletariado global. Bastam dois exemplos: o ar que ventila os pulmões da classe trabalhadora mundial encontra-se em rigorosa continuidade material com a atmosfera degradada; microplásticos já impregnam de forma ubíqua os organismos de nossa força laboral global, ao passo que a fratura metabólica capitalista se intensifica – uma ruptura civilizatória de caráter irreversível em sua historicidade, embora ainda passível de mitigação em seus efeitos mais severos. Nosso objetivo, portanto, é examinar como o modo de produção capitalista não somente acelera o processo rumo ao colapso socioambiental, mas também ainda reproduz os mecanismos discursivos e ideológicos que obstruem o reconhecimento de sua magnitude real. Trata-se, em última instância, de analisar o irreconhecimento estrutural da crise que nos assedia.

Para entender esse irreconhecimento, vamos começar por um sintagma onipresente: 'desenvolvimento sustentável'. Citando Gómez-Baggethun (2021), temos que o termo é, paradoxalmente, um oximoro e um pleonismo. É um oximoro porque tenta conciliar dois termos antagônicos: 'desenvolvimento', historicamente atrelado ao crescimento econômico infinito, e 'sustentável', que implica em limites ecológicos. Essa conciliação funciona como um '*greenwashing*' conceitual. É um pleonismo porque, se o 'desenvolvimento' já fosse, por definição, algo bom e incluyente, não precisaria do adjetivo 'sustentável'. O adjetivo acaba sendo um dispositivo discursivo para inocentar a já velha ideologia do crescimento. Mas como essa fórmula consegue se sustentar, apesar de sua contradição interna?

Remontemos à Análise do Discurso, especificamente ao trabalho de Krieg-Planque (2012). A autora define 'desenvolvimento sustentável' como uma 'fórmula discursiva'. O que é uma fórmula? É uma expressão que se estabiliza no debate público e serve como um referente social, mas que, longe de ser unívoca, é profundamente ambígua. Krieg-Planque (2012) mostra como a fórmula em questão funciona por meio de operações concessivas e mobilizando estruturas linguísticas específicas como orações reduzidas

¹ Doutor em Letras pela UFSM. Pós-doc bolsista do PPGLin UESB, pesquisador colaborador PPGL UESC.

² Doutor em Estudos de Linguagem pela UFF. Professor da mesma instituição. Texto e apresentação contaram com o apoio da Faperj, via edital JCNE.



de gerúndio. O efeito crucial é a sutura. A fórmula 'desenvolvimento sustentável' absorve a tensão e faz desaparecer a contradição no plano discursivo. Dessa forma, adquire um caráter dóxico – torna-se uma opinião incontestável – e marginaliza qualquer discurso que aponte a incompatibilidade fundamental entre o crescimento econômico infinito e um planeta finito. Essa análise discursiva nos leva a um problema ainda maior, que é material em termos físicos: a negação das leis fundamentais que regem o universo.

O discurso hegemônico do desenvolvimento ignora solenemente uma lei física incontornável: a segunda lei da termodinâmica, ou a lei da entropia. A entropia descreve a tendência universal dos sistemas evoluírem da ordem para a desordem. Do ponto de vista energético, significa que os recursos são finitos e se degradam de forma irreversível. Vejamos um exemplo disso: a relação entre produção e consumo de energia é medido pela Taxa de Retorno energético (TRE) e, segundo Servigne e Stevens,

Após o esforço de extração, é o excedente de energia que permite o desenvolvimento de uma civilização. No início do século XX, o petróleo norte-americano continha uma TRE fantástica de 100:1, ou seja, para cada unidade de energia investida, obtinham-se cem. Mal se perfurava, o petróleo esguichava. Já em 1990, a TRE era de 35:1 e, atualmente, de cerca de 11:1. A título de comparação, a TRE média da produção mundial de petróleo convencional situa-se entre 10:1 e 20:1 (Servigne; Stevens, 2024 p. 60-61).

O pensamento econômico dominante, de base mecanicista e linear, age como se a lei da entropia não existisse. A crença no progresso infinito é, do ponto de vista termodinâmico, inconsistente. Como afirma Sproviero (2001), vivemos em um universo de degradação energética, e a produtividade deveria ser medida pela capacidade de produzir mais com o menor gasto energético, e não pela geração infinita de bens. Aqui encontramos o que Marques (2023), mobilizando Bachelard, chama de 'barreira epistêmica' ou 'obstáculo epistemológico'. Não é falta de informação, mas sim um bloqueio ativo do pensamento, causado por saberes consolidados – no caso, a ideologia econômica – que nos impede de enfrentar a contradição. Ora, qual é o papel da ciência e da produção de conhecimento nesse contexto? As ciências operam como o que Pêcheux (2011, p. 116) chamaria de "objetos paradoxais", que "funcionam em relações móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis". Este caráter paradoxal se torna patente quando o conhecimento produzido sobre a emergência climática é, em última instância, cooptado pelo próprio sistema que a causa. Alertas sobre pontos de não retorno (o momento em que um sistema, como o clima da Terra, excede seu limite de resiliência e entra em colapso, mudando para um novo estado estável porém radicalmente diferente e hostil à vida) são usados para legitimar "tecnologias verdes" que perpetuam a lógica extrativista ou para alimentar a fantasia do "*decoupling* (a dissociação entre o crescimento do PIB e o nível de emissões de GEE) que opera como uma evidência nada científica que, portanto, precisa ser contestada. Sob a perspectiva materialista do discurso, a ideologia é, precisamente, esse processo ativo de bloqueio: um "aprisionamento" em um campo paradoxal onde, mesmo reconhecendo o problema, somos impedidos de extrair suas consequências radicais.

O problema não é apenas saber mais, é conseguir reconhecer o que o nosso modo de vida nos impede de ver. Uma vez que esse irreconhecimento tem um custo geracional profundo. Ele produz enunciados como o que ouvi de uma colega psicóloga certa vez, que resume toda nossa procrastinação do



enfrentamento do problema: 'Quando o clima tornar o mundo inabitável, nós já estaremos mortos.'" Diante dessa afirmação, minha réplica foi: 'Entendo. Agora imagine dizer isso para uma criança de 7 anos'. Nessa resposta, estava me lembrando a seguinte afirmação de Isabelle Stengers:

O que diremos às crianças que nasceram neste século quando perguntarem: "você sabiam tudo o que precisavam saber, o que fizeram? [...] É possível que algumas pessoas fora da academia tenham a confiança de que nós – selecionados, treinados e pagos como fomos para pensar, imaginar, conceber e propor – estamos, de fato, usando essas habilidades para fazer algo em relação ao futuro que está diante de nós (Stengers, 2023, p. 151-152, grifos nossos).

Se nós, teóricos e adultos, estamos imersos nesse campo paradoxal de conhecimento e irreconhecimento, o que está sendo dito — ou silenciado — para as gerações que herdarão diretamente as consequências mais severas da nossa inação? Como os livros infantis, esses artefatos ideológicos por excelência, estão discursivizando a emergência climática? Eles estão preparando essas crianças para o mundo que virá, ou reproduzindo a mesma fantasia do crescimento infinito que nos trouxe até aqui?

A interpelação de crianças pela família e pela escola

Se a emergência climática apontada até aqui tem em seu irreconhecimento um componente ideológico, isso não se dá sem um consórcio dos aparelhos de Estado, e isso não se dá apenas para sujeitos adultos. Fala-se de aquecimento global para crianças, e isso por meio das escolas, da mídia, de programas televisivos, da internet etc.; e também por meio de objetos técnicos que circulam entre os aparelhos. Fazemos menção especificamente aos livros: de ficção infantil, ilustrados e não ilustrados, mas também de histórias em quadrinhos e didáticos.

Livros infantis (e histórias em quadrinhos voltadas ao público infantil e juvenil), ao interpelarem um sujeito leitor em formação, projetam imaginários de futuros. Eles circulam entre distintos aparelhos: o livro para crianças está presente em ambientes domésticos parentais ou de docentes, mas também em instituições públicas e privadas de guarda, conservação e comércio deles, como bibliotecas, salas de leitura, livrarias, shopping centers etc., e nas salas de aula. Tem sido, além de tudo, um objeto de grande investimento em festivais literários e eventos como bienais do livro. Essa circulação em potencial do objeto nos motiva a investigar como a emergência climática é significada (por uma discursivização explícita ou pelo silenciamento) no corpus selecionado – especialmente porque serão essas gerações as herdeiras diretas das contradições climáticas não resolvidas na atualidade.

O corpus inclui capas, títulos, colofões, sumários, fichas catalográficas e outros elementos paratextuais dos referidos livros, além de documentos institucionais de editoras, bibliotecas e políticas públicas de leitura. Em paralelo, consideram-se os discursos de sujeitos envolvidos nos circuitos editoriais — autores, editores, bibliotecários, leitores —, coletados por meio de observações em campo e análises de entrevistas, eventos e feiras de livro. A análise priorizará a observação das condições de produção dos dizeres, o funcionamento ideológico dos textos e seus efeitos de sentido na formação social.



Para este texto, fizemos um levantamento de livros coletados em diferentes espaços: (1) num programa do governo do estado do Rio de Janeiro chamado Mais Leitura, que, de forma itinerante e também com uma loja física que divide endereço com a Imprensa Oficial do Estado, vende livros a preços populares, de R\$2 a R\$9, sem uma linha editorial explícita; (2) em feiras e festivais literários, desde a enorme Bienal do Livro do Rio de Janeiro até a mais modesta Festa Literária Internacional de Maricá; (3) em bibliotecas públicas, no setor de literatura infantil, como títulos catalogados a serem emprestados. Com isso, compusemos um arquivo com alguns livros, focando justamente no discurso dos livros sobre as mudanças climáticas e sobre as alterações antrópicas nos biomas terrestres. Entre esses títulos, destacamos aqui os seguintes:

1. O dia em que o mico-leão chorou (6. ed., Arnaldo Niskier, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, [1988]v2011)
2. Brasileirinhos da Amazônia: poesia para os bichos da nossa maior floresta (Lalau e Laurabeatriz, Companhia das Letrinhas, 2020)
3. A árvore generosa (Shel Silverstein, Companhia das Letrinhas, 2017 [traduzido por Fernando Sabino; publicado originalmente em inglês em 1964])
4. Florestas tropicais (Coleção Lar dos Animais, Anita Ganeri, Todolivre, 2023 [traduzido por Ana Cristina de Mattos Ribeiro; publicado originalmente em inglês em 2017])
5. Savanas africanas (Coleção Lar dos Animais, Christina Longman, Todolivre, 2023 [traduzido por Ana Cristina de Mattos Ribeiro; publicado originalmente em inglês em 2017])
6. Chupim (Itamar Vieira Junior, Baião, 2024)
7. Fogo verde (Marcelo Leite, Ática, 2009)

Riscos

Para cada um desses livros, há condições de produção específicas no que concerne a produção de sentidos, mas, por necessidade de sintetização dos resultados do estudo, não poderemos tratar de todas elas. Vale mencionar, entretanto, que alguns são traduzidos, outros são nacionais. Alguns são mais recentes, outros remontam há algumas décadas de sua publicação original. Alguns possuem uma narrativa ficcional em prosa, outros são expositivos e ainda há os que registram versos. Entretanto, o que os reúne é o fato de que estão todos em circulação hoje, de distintos modos, afetando a maneira como a emergência climática é significada.

Conseguimos encontrar um caminho de regularidades linguísticas justamente pelo título da coleção em que dois dos livros estão inscritos: Lar dos animais. Esse título funciona como sequência discursiva de referência para a constituição do nosso corpus discursivo (Courtine, 2009) para respondermos às questões já elencadas.



Embora não mobilizemos a noção de sequência discursiva do mesmo modo que Courtine (“Lar dos animais” não possui dimensão superior à da frase, por exemplo), podemos dizer que esse nosso recorte propiciou uma observação mais eficaz dos demais. Isso porque desopacizou efeitos de sentido que não estavam fazendo seu retorno como gostaríamos. Se opusermos “Lar dos animais” a “Lar dos humanos”, produzimos uma dicotomia artificial se a metáfora do “lar” é com o próprio planeta. Além dos dois volumes coletados (Florestas tropicais e Savanas africanas), a referida coleção se completa com os títulos Desertos e Recifes de corais. À exceção do último, que preserva vida exclusivamente aquática (mas à qual também estão vinculadas comunidades tradicionais, como os ribeirinhos e pescadores), todas as outras são lares também dos humanos. Apenas para jogar luz sobre como os humanos são implicados nessa problemática, extraímos outras duas SDs do próprio Savanas africanas, numa seção chamada “Em perigo”:

SD[SA]1: Infelizmente, os seres humanos correm o risco de destruir esse equilíbrio através de seus métodos de cultivo, caça e caça ilegal e destruição de vastas áreas de terra (p. 30)

SD[SA]2: Os animais das pastagens estão ameaçados pela crescente população humana na África e sua infinita necessidade de novas terras agrícolas (p. 31).

Note-se inicialmente que a estrutura sintática da SD[SA]1 privilegia a leitura equívoca: os seres humanos correm o risco. SIM! Mas, na SD, os seres humanos correm o risco de destruir. Parece-nos haver aí um encontro com o real, que situa o ser humano em posição de risco, quando uma construção alternativa do tipo “Esse equilíbrio [das belas pastagens da savana, que levaram milhões de anos para se desenvolver] corre o risco de ser destruído” privilegiaria o efeito de que o humano é apenas agente, e não passível de risco. Na estrutura formulada em SD[SA]1, embora o sentido dominante seja o de agência (o que é reforçado em SD[SA]2), o efeito de passivo das ações também é uma possibilidade.

Essa sequência discursiva de referência vai se atualizando também nos outros livros. No bem presente nas carteiras escolares O dia em que o mico-leão chorou, de 1988, depois de uma peripécia que envolve tráfico internacional de animais silvestres e já no desfecho feliz da história, narra-se:

SD[ML]1: O mico Quinho, que não cabia em si de contente, sugeria que se distribuisse o documento intitulado Os direitos dos animais entre todos os homens:

- Eles precisam conhecer isso, e respeitar, certo? (s/p).

O documento é ilustrado como um grande livro em capa dura e com marcador de página de cetim, suspenso por um mico saltitante e feliz. Novamente se dá, na SD[ML]1, uma dualidade entre animais e humanos. É como se o direito à floresta não fosse dos também homens, mas apenas dos animais não humanos. E é como se os animais fossem os únicos prejudicados com as ações antrópicas.

Chupins

Precisamos nos encaminhar para o fim dessas análises, apesar da promessa de um corpus mais extenso, e, para isso, faz-se mister também a apresentação de um contraste que seja. Na obra Chupim, de



Itamar Vieira Junior, há também atualizações da sequência discursiva de referência, tanto em relação de adesão e identificação quanto de oposição e contraidentificação. Vejamos:

SD[Ch]1: Quem visse trabalhadores e crianças andando pela estrada, veria gente grande pensando no amanhã e gente pequena correndo com seus galhos sem se preocupar com o depois. § Quem os visse pela estrada imaginaria serem todos uma gente-chupim. § Mas agora o pai se preocupava. Era o último dia de colheita e já estava na hora de encontrar outra roça para trabalhar. Como iria alimentar a família? (Vieira Junior, 2024, p. 24).

SD[Ch]2: É quando o menino encantado encontra alguns poucos chupins cruzando o espaço e vê num descampado uma chuva de grãos de arroz que os passarinhos deixam cair. § Naquela terra sem cerca e sem dono, o arroz crescia livre e abundante. Aquele campo não foi plantado pelas pessoas, foi trabalho da natureza: da terra, da chuva, do sol e dos chupins (Vieira Junior, 2024, p. 26).

SD[Ch]3: Julim saiu feliz para avisar o pai: “Encontrei um novo campo de arroz”. Enquanto corria, ouvia o chacoalhar das folhas e o vento dizer: “Menino, menino, voando pelo caminho você mais parece um chupim” (Vieira Junior, 2024, p. 28).

Pontos a destacar nessas sequências discursivas que parecem se contraidentificar com a SD de referência: a dualidade natureza-humanidade é relativamente desfeita por meio da justaposição apositiva “gente-chupim” e da símile “mais parece um chupim”. Essa aproximação entre uma espécie, a humana, e outra, do campo daquilo que a SD de referência chama de “animais”, é significada por meio de uma posição-sujeito que flerta com o ecologismo romântico, segundo o qual a natureza é o campo das utopias, mesmo para os humanos, que poderiam viver em harmonia com os outros seres. Tal posição é reforçada pela sentença “Naquela terra sem cerca e sem dono, o arroz crescia livre e abundante”, que, por meio de adjuntos gramaticais, significa terras sem estatuto de propriedade privada como caso solucionado: bastaria que cercas e donos caíssem para que os pássaros, em seu trabalho de semeadura, a recuperassem. Problema sério aí, porque, como outras monoculturas, o arroz drena a capacidade produtiva do solo, consumindo-lhe nutrientes presentes mesmo para a reprodução do arroz. Somente o manejo humano da terra permite a monocultura. A solução, se ela há, para o colapso ambiental não está na falta de humanidade, mas passa pela responsabilização dos Estados pela forma como produz e consome: de desigualdades a agricultura.

Colapsando

Marques (2018) desafia um dos pilares do progresso moderno: a crença de que maior produção material e energética garante uma existência mais segura. O autor argumenta que, após séculos de reiteração dessa premissa, ela agora colide frontalmente com o entendimento das dinâmicas capitalistas no contexto do Sistema Terra (2018, p. 70). Essa colisão pode ser compreendida como a manifestação contemporânea e em escala planetária da “fratura metabólica” conceituada por Karl Marx no século XIX. A busca incessante por excedente, que Marques questiona, é o motor que rompe o metabolismo entre sociedade e natureza, transformando a fonte de nossa riqueza material na causa de nossa crescente insegurança socioambiental. Parece-nos que, no recorte evocado, as crianças são interpeladas pelos livros voltados a sua leitura ora como fiadoras da sobrevivência de outros seres no planeta (como se elas próprias



não fossem seres do planeta) ora como observadoras de um mundo que pode ser melhorado continuamente, desde que o controle seja dado à natureza. Não é o caso. Dada a sensibilidade dos diagnósticos, talvez não estejamos sabendo o que falar nem como falar (sobre) isso às crianças: meu filho, os anos deste planeta, os nossos anos, estão contados, e não há nada que você e eu façamos, isoladamente, que possa nos salvar.

REFERÊNCIAS

- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Trad. Claudia Sant'ana Martins. São paulo: Gaia, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: O discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Cristina de Campos Velho Birck, Didier Martin, Maria Lúcia Meregalli, Maria Regina Borges Osório, Sandra Dias Loguércio, Vincent Leclercq. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- GÓMES-BAGGETHUN. Desenvolvimento Sustentável. KOTHARI, Ashish *et al.* **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. Trad. Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: 2021.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. A fórmula “desenvolvimento sustentável”: um operador de neutralização de conflitos. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 19, n. 1, 2012.
- MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. ed. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2018.
- MARQUES, Luiz. **O Decênio Decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.
- PÊCHEUX, Michel. Ideologia – Aprisionamento ou Campo Paradoxal? PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Capinas-SP: Pontes, 2011. p.107-129.
- SERVIGNE, Pablo; STEVENS, Raphaël. **Como Tudo Pode Desmoronar**: pequeno manual de colapsologia para uso das gerações presentes. Trad. e apres. Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2024.
- SPROVIERO, Mario Bruno. Entropia: "Progresso" para a Destruição! **Entrevista com o Dr. Mario Bruno Sproviero**, Professor titular DLO-FFLCHUSP. Entrevista e edição: Jean Lauand, 10-7-01.
- STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. Trad. Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.